

# INFORMATIVO ONLINE APUR

Nº 43 - Cruz das Almas (BA) - 30 de Junho de 2016 - [www.apur.org.br](http://www.apur.org.br)

## CAMPANHA DE FILIAÇÃO 2016

**EU SOU APUR!  
E VOCÊ?**





# VENHA FORTALECER SEU SINDICATO!

Em breve, a Associação dos Professores Universitários do Recôncavo (APUR) completará oito anos de fundação. São oito anos trilhando um caminho de muita luta em prol dos interesses dos/as docentes da UFRB. A APUR tem se mostrado combativa, atuante, mobilizadora, multicampia, democrática e, sobretudo, uma associação que constrói e preza pelo diálogo e respeito não apenas com a categoria docente, mas também com todos e todas que compõem a nossa universidade.

Ao longo destes oito anos, a APUR tem defendido firmemente a pauta docente construída no cotiando, bem como as pautas reivindicadas nas greves de 2012 e 2015. Foi assim com pontos candentes da carreira docente, como a sua reestruturação e progressão, e a discussão sobre o FUNPRESP; a defesa intransigente dos direitos trabalhistas do/a professor/a, adquiridos a duras penas na história de nosso país, a exemplo da exigência do pagamento de gratificações por encargos dos concursos e a garantia, assegurada na justiça, do pagamento das férias para os/as professores/as afastados/as para qualificação.

A APUR esteve presente na consulta para a reitoria defendendo os interesses dos/as docentes. Ela está presente no processo estatuinte defendendo uma UFRB mais participativa e inclusiva. No Recôncavo, a APUR não se faz adormecida, e tem denunciado e discutido os graves problemas sociais da população local.

Contudo, há ainda muito que ser feito, e, para tanto, a APUR conta com sua base. É a união de forças da associação com a base que fortalece a luta de uma categoria. É esta união se torna ainda mais essencial no momento atual de nosso país. Um momento em que somos governados por um golpista que em pouco tempo tem atacado os direitos dos/as docentes de nosso país, que não respeita a educação.

A participação atuante de uma base forte garante que nenhuma demanda da categoria seja esquecida. É através das demandas dos/as docentes que o sindicato sabe onde deverá atuar, e em uma universidade multicampia como a UFRB, a intervenção da base se torna primordial, porque é impossível que a direção do sindicato esteja todos os dias em todos os centros. As intervenções da base, em assembleias, por exemplo, são de suma importância, pois consagra a nossa defesa pela democracia e influenciam nas decisões.

Sabendo previamente das demandas da categoria, a intervenção da APUR será muito mais eficaz, possibilitando um maior êxito. A sobrevivência do sindicato, entre outras questões, vai depender do reconhecimento de sua importância pela base que, por sua vez, será percebido por meio da participação e atuação de seus/as filiados/as. Então, não se furte de participar das atividades de seu sindicato, venha construir conosco uma APUR cada vez mais forte e atuante.





# EM DEFESA DA EDUCAÇÃO, TRABALHADORES PARALISAM MEC

Ocupação nesta quarta (29) foi marcada pela agressão de seguranças e policiais a trabalhadores

Escrito por: CNTE

Cerca de 800 trabalhadores em educação de todo o país estiveram reunidos numa grande mobilização, durante toda esta quarta-feira (29), em frente ao Ministério da Educação (MEC), em Brasília.

Simultaneamente mais de 100 profissionais da educação se mantiveram dentro do MEC, desde às 7 horas da manhã, trancando e impedindo a entrada dos funcionários e o funcionamento do órgão, em protesto às recentes medidas anunciadas pelo governo interino de corte nos recursos para educação.

O ato, organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), foi marcado por discursos em defesa da democracia, da educação pública e dos direitos dos profissionais da educação.

“É importante ressaltar também que somos contra a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 241/2016, apresentada no último dia 15 de junho à Câmara, pelo governo interino, – que altera os critérios para cálculo das despesas mínimas na Educação e Saúde. Vamos lutar para que ela não seja aprovada”, disse o presidente da CNTE, Roberto Leão.

Nas reivindicações dos educadores estão o cumprimento dos prazos e das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), a da adoção do Custo Aluno Qualidade inicial (CAQi), que propõe um valor mínimo por aluno para garantir a qualidade do ensino, e contra a Desvinculação das Receitas da União (DRU) para a Educação.

A mobilização também é contra o desmonte do Fórum Nacional da Educação (FNE) e do Conselho Nacional de Educação (CNE) que o governo interino está promovendo, afirmou o Secretário de Assuntos Educacionais da CNTE e Coordenador-Geral do Fórum Nacional de Educação (FNE), Heleno Araújo.

“Temos várias reivindicações, mas a principal é dizer não à reforma da previdência, que atingirá diretamente os trabalhadores. Não aceitamos retrocessos”, ressaltou a diretora do Sinpro-DF, Sílvia Canabrava.

Os profissionais protestam ainda contra a plataforma do governo interino de Michel Temer, pautada no programa “Uma Ponte para o Futuro” que representa uma ameaça concreta

ao direito à educação pública e às conquistas dos trabalhadores e das trabalhadoras em educação na última década.

Entre as medidas estão, o fim da vinculação de impostos e contribuições para as políticas sociais; o fim das receitas do petróleo para a educação e a saúde; privatização da educação básica e superior; a ameaça ao piso do magistério e à política salarial dos servidores públicos e o fim da aposentadoria especial do magistério.

“Nos unimos a todos os profissionais que vieram de todo o Brasil, para além de defender os direitos dos trabalhadores como o piso nacional do magistério e a aposentadoria especial, dizer que não reconhecemos o governo interino de Michel Temer. Exigimos a devolução da democracia ao povo brasileiro”, afirmou a professora de Fortaleza (CE), Gardênia Baima.



“Estamos satisfeitos com a ocupação e o nosso propósito foi cumprido, mas queremos declarar que esse foi só o começo, vamos continuar na luta e mostrar ao governo golpista a força dos educadores brasileiros”, declarou a Secretária Geral da CNTE, Marta Vanelli.

Apoiaram o evento a União Nacional dos Estudantes (Une), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), a Federação de Sindicatos

de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (PROIFES), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o Movimento Interfóruns da Educação Infantil do Brasil (Mieib), a Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras (FASUBRA) e a Rede Latinoamericana de Estudos Sobre Trabalho Docente (Rede Estrado).

Nota CNTE

A CNTE divulgou nota repudiando informações divulgadas pelo MEC que o evento teve “ações de intolerância e vandalismo”

Disponível em: <http://www.cut.org.br/noticias/em-defesa-da-educacao-trabalhadores-paralisam-mec-9824/>

## NOTÍCIA ANDES-SN

### RESTRIÇÃO DO DIREITO DE GREVE SERÁ UMA DAS PRIORIDADES DA AGENDA BRASIL

Ao retomar recentemente os projetos da Agenda Brasil, o presidente do Senado Federal Renan Calheiros afirmou que uma das prioridades será a regulamentação do direito de greve no serviço público, que terá por base, segundo matéria publicada no site do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), o Projeto de Lei do Senado (PLS 327/2014), de autoria do senador Romero Jucá (RR), que restringe o direito de greve dos servidores públicos.

O PLS 327 prevê, entre outros pontos, que a entidade sindical deve, sob pena de a greve ser considerada ilegal, comunicar ao órgão público com pelo menos dez dias de antecedência a greve; apresentar um plano de continuidade dos serviços, fixando um percentual mínimo de 70% para atividade essencial, entre as quais inclui as atividades dos professores do Ensino Básico, servidores do Judiciário e do Ministério Público, e 50% para as demais áreas do serviço público. O projeto ainda admite a substituição de grevista, em caso de descumprimento de decisão judicial ou arbitral; multa para a entidade sindical, em caso de descumprimento da lei de greve; e proíbe greve nos 60 dias que antecedem as eleições.



Paulo Rizzo, presidente do ANDES-SN, afirma que o PLS 327/14 ataca uma das principais armas que o servidor público tem contra a falta de diálogo por parte dos governos - que usualmente não discutem as pautas de negociação-, que é o direito de greve. “Todas as últimas greves que fizemos foram para abrir negociação, pois sem elas não há negociação. O que está por trás deste projeto é a tentativa de tirar o direito de negociação do servidor público. E esse projeto vem em consonância com a PEC 241/16 que congela gastos as despesas e impõe dificuldades para o servidor negociar”, critica.

O presidente do Sindicato Nacional explica que, como todo direito conquistado por uma sociedade, o direito de greve no Brasil nem sempre foi concedido ao servidor público. E foi somente com o advento da Constituição Federal de 1988, que se deu o direito de greve. Entretanto, até hoje ainda não foi apresentado um projeto que regulamente de fato a greve. “Todos os projetos apresentados até hoje restringem o principal instrumento de luta dos trabalhadores, que é o direito de greve. O ANDES-SN defende a plena liberdade sindical, com a regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o direito de negociação coletiva, já ratificada pelo Brasil”, resalta Paulo Rizzo que garantiu a mobilização dos docentes contra mais este ataque aos direitos dos trabalhadores.

Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8204>



# DIRETORIA DO ANDES RECONHECE GOVERNO GOLPISTA E NEGA QUE EXISTA GOLPE

Antonio Eduardo Alves Oliveira/Professor UFRB

A diretoria do ANDES-SN continua com sua defesa insana e disfarçada do golpe e, diante da crise política, evolui para encobrir os ataques contra a educação pelos golpistas. Na sua tese para o 61º CONAD, o ANDES-SN nega que tenha havido golpe, e afirma que apenas aconteceram “manobras parlamentares” que afastaram a presidente Dilma. Afirmam demagogicamente que o governo Temer é ilegítimo, mas não o acusam de golpista, ou seja, na verdade apoiam o governo não legítimo.

A recusa da diretoria do ANDES-SN em reconhecer o que mesmo os próprios golpistas têm dificuldade em esconder, ou seja, que existe um golpe em curso no país, é fruto de uma profunda capitulação política da esquerda pequeno burguesa que controla a máquina do sindicato nacional. O processo de impeachment contra a presidente eleita Dilma não é uma mera manobra parlamentar, é parte de uma engrenagem golpista dos setores capitalistas, envolvendo tanto setores que estavam no governo Dilma, como o próprio presidente golpista do PMDB, quanto o PSDB e DEM.

Outra tese batida dessa esquerda coxinha que dirige o ANDES-SN é que todos são iguais, e que o PT é igual à direita golpista, por isso não enxergam o conteúdo do golpe, e a finalidade do governo Temer. Para estes sábios “marxistas” tudo é igual, e o PT é igual à direita, uma vez que todos atacam os trabalhadores. Assim, um importante dirigente do sindicato nacional, representante do stalinismo reciclado, PCB, afirma que não se pode lutar contra o impeachment nem mesmo denunciar o golpe: “incorporar as

lutas pelo “Fora Temer” não deve significar a defesa do “Volta Dilma” e nem mesmo a luta “contra o golpe”, (pcb.org.br)

É importante entender que a capitulação da diretoria do ANDES-SN expressa no seguidismo ao golpismo declarado do secretário PSTU (Fora todos e o Fora Dilma), através dos atos coxinhos da farsa do Espaço unidade da ação e da CSP, passa pela mediação pactuada com os outros setores da esquerda pequeno burguesa, diga-se de passagem também golpistas, no interior da diretoria do ANDES-SN, como o PCB e PSOL.

A política golpista disfarçada do PSOL/PCB nem um nem outro é a maneira menos direta de implementar a política pró-direita do PSTU. O significado golpista dessa política da diretoria do ANDES-SN não é apenas retórico, mas infelizmente tem consequências práticas extremamente nefastas para os docentes e para o sindicato nacional. Uma evidência cabal dessa política pró-golpista é a suposta abertura das negociações com o MEC. Neste sentido a diretoria do ANDES-SN está sendo coerente com essa política de apoio velado ao golpe, procurando esconder o golpe, reconhecendo o governo Temer (não sendo coerente, entretanto, com a caracterização da tese da diretoria para o CONAD, afinal não era Temer um governo ilegítimo?). Mas como diz o ditado, as ações valem mais do que mil palavras. Precisamos desmascarar essa política pró-direita da diretoria do ANDES-SN que, através de um radicalismo tosco e de uma retórica de “independência e combatividade”, quer transformar o sindicato nacional em um instrumento de legitimação do golpe.



**APUR PELA BASE**  
**VISITA AOS CENTROS**

**CETEC**  
**06/07 às 10H**

**CAMPANHA DE FILIAÇÃO 2016**

**1º Seminário**  
**Diálogos e Interfaces**  
**das Licenciaturas**  
**do CAHL**

Abertura dia 06.07.16 às 18:30h  
 Mesas temáticas dia 07.07.16  
 Local: Auditório do CAHL, Cachoeira, UFRB

Inscrições gratuitas e programação:  
<https://www3.ufrb.edu.br/lehrb/>

**Análise Política Internacional**  
**Brexit : o significado da saída do**  
**Reino Unido da União Europeia.**

**05/07**  
**às 10h**  
**Sala 10**  
**CAHL/UFRB**

**Palestrante: Antonio Eduardo Oliveira (Dr. Ciência Política e presidente da APUR)**